

PONTO 16º — 41ª LIÇÃO

VICE-REIS DO BRASIL ATÉ A TRASLADAÇÃO DA CÔRTE PORTUGUESA EM 1808

Liberdade do comércio e industria

Até 1548, nossos capitães-mores e donatarios se rejeram em suas capitanias pelas respectivas cartas de doação e forais, expedidos de conformidade com o direito das *Ordenações Manuelinas*.

Os governadores gerais do Brasil, como primeiros delegados coloniais da corôa portuguesa, administravam-no nos termos dos regimentos e de legislação ultramarina, que, de origem, visavam principalmente á situação do gentio, á defesa do litoral contra os corsarios que exploravam o contrabando do páu brasil, maximé Franceses e Ingleses, ao problema do povoamento do sólo e á ordem interna das antigas capitanias.

Desde o regimento de 1548, com que veio Thomé de Sousa para o Brasil no ano seguinte, teve o governador geral ampla autoridade sôbre todos os donatarios, avocando muitas das principais atribuições cometidas por seus regimentos e forais aos capitães-móres.

Aos donatarios competia crear vilas e provê-las de officiais de govêrno, com audiencia prévia do governador geral, em jurisdição cumulativa.

Pouco antes da restauração de Portugal, em 1640, era o Brasil investido de categoria política do vice-reino.

O título de vice-rei do Brasil foi uma dadiva excepcional do trono, conferida a certos fidalgos portugueses; e a princípio não constituiu título ordinário de governança.

A investidura, num e noutro caso, emanava do rei, mediante carta régia e patente por tres anos, com a faculdade de recondução.

A partir de 1602 tornou-se definitivo o uso do título de "*governador geral*" com Diogo Botelho; e no ano de 1640, com dom Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, receberam pela primeira vez o título de vice-reis, que, desde 1763, por ocasião de trasladar-se, da Baía para o Rio de Janeiro, a séde do vice-reino, se efetivou para esses delegados da corôa, com amplitude de jurisdição, como a segunda pessoa do rei, em toda a colonia.

O excessivo poder dos vice-reis, e o dos governadores, levou o padre Antonio Vieira a chamá-lo de — monstruoso, chegando algumas dessas altas autoridades representativas da corôa de Portugal ao ponto de recusar a "*cumpra-se*" ás ordens da côrte, taxando-as de ilegais.

Em 1677, com Roque Barreto foi promulgado a 25 de Julho um regimento geral, para os governadores e vice-reis do Brasil, em que se buscou consolidar o vasto e complexo corpo de leis, cartas régias, alvarás e provisões que regulavam tumultuariamente a especie.

A carta patente de 1763 com que o vice-rei conde de Cunha veio governar o Brasil, é uma verdadeira delegação do *jus imperii* em todas suas funções magestaticas, fazendo dêsse vice-rei um perfeito soberano, porquanto lhe outorgava textualmente: "*todo o poder e alçada sôbre todos os governadores, mestres de campo, capitães de fortalezas, pessoas que nellas estiverem e que forem nas ditas armadas e capitães das que lá andarem, e forem ao Estado do Brasil, e sôbre todos os fidalgos e quaesquer outros meus subditos de qualquer qualidade, estado ou condições que sejam, do qual poder, em todos os casos, assim crimes como civeis, até a morte natural inclusive, poderá usar inteiramente; e dar-se-á execução*

às suas ordens e mandados, sem dellas haver mais appellação nem agravo e sem exceptuar pessoa alguma em que o dito poder e alçada se não estenda”.

Esse omnimodo e incontrastavel poderio era, até em certos casos, contrabalançado por uma especie de poder moderador — reconhecido, por lei, às juntas gerais, que formavam um conselho de Estado, compostas do bispo diocesano, altas patentes militares e autoridades superiores da Justiça e Fazenda, magistrados e ouvidores das capitánias e pelas camaras municipais, seus officiais ou delegados.

O vice-rei presidia às sessões da Junta geral e só ele podia convocá-las, sob a representação do Senado, ou do povo em geral.

Deliberava como assembléa soberana, em casos não expressamente previstos por lei ou já decididos pela metropole.

Desde 1640, entraram a figurar na casa real portuguesa os principes do Brasil, elevando-se, assim a *Principado*; pois o vice-reinado definitivo, só data de 1763.

O primeiro principe do Brasil foi dom Theodosio, filho de dom João IV; succederam-se outros que depois vieram a reinar com dom João V, dom José I e dom João VI.

Vimos que de todos os antigos governadores, o que maior soma de poderes exerceu foi o conde de Bobadela, antecessor do conde da Cunha, que, aliás, não se serviu do título de vice-rei.

Dom Jorge Mascarenhas, 18º governador geral do Brasil, 1º vice-rei do Brasil, foi nomeado a 5 de Junho de 1640 ainda no dominio espanhol por Philippe IV e governou de 1640-1641.

O 24º governador geral dom Vasco de Mascarenhas, conde de Obidos, 2º vice-rei do Brasil, exerceu o mandato de 1663 a 1667.

O 37º governador dom Pedro Antonio de Noronha, marquês de Angeja, foi o 3º vice-rei do Brasil (1714 a 1718).

O 39º dom Fernando Cesar de Menezes, conde de Sabugosa, 4º vice-rei, governou de 1720 a 1735.

O 40º dom André de Mello e Castro, conde das Galvêas, figura como 5º vice-rei (1735-1749).

O 41º, dom Luiz de Menezes de Athayde, 10º conde de Atouguia, 6º vice-rei, ocupou o poder de 1748 a 1755.

O 42º, dom Marcos de Noronha, conde dos Arcos, 7º vice-rei, (1755 até 1760).

O 43º, dom Antonio de Almeida Soares e Portugal, 1º conde de Lavradio, 8º vice-rei, que governou só seis meses de 9 de janeiro a 4 de julho de 1760, funcionando após uma junta provisoria até 1763, composta do bispo diocesano dom frei Antonio do Desterro, do brigadeiro José Fernandes Pinto de Alpoim e do chanceler de Relação — João Alberto Castello Branco.

Sucedeu-lhe dom Antonio Alvares da Cunha, conde da Cunha, 9º vice-rei e capitão-general de mar e terra que aportou ao Rio em 1763; e governou até 1767, tomou providencias sôbre a reforma das fortificações, organização e diciplina militares; lançou os fundamentos do Arsenal de Marinha, edificou os fortes da Praia Vermelha, da Praia de Fôra e outro ao sul de Macaé, reedificou o Paço dos vice-reis, a Casa dos Contos, a Relação, a Cadeia, o Hospital Militar e o dos Lazaros, o forte de Villegaignon, fundou depositos de material belico no morro da Conceição e na ponta da Misericordia, antigo Arsenal de Guerra.

Dom Antonio Rolim de Moura Tavares, 1º conde de Azambuja, foi o 10º vice-rei do Estado do Brasil, tendo governado de 1767 a 1769, cuidou tambem com o tenente general Bohm e o brigadeiro Funck da organização do plano de defesa do nosso litoral.

Dom Luiz de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Mello Silva Mascarenhas, 2º marquês de Lavradio e 4º conde de Avintes, succedeu-o como 11º vice-rei.

Cuidou como seus antecessores de fortificar e guarnecer a capital do país; segundo o plano geral do capitão Roscio que se baseava no de Vauban; e levantou o forte do Pico, a cavaleiro da Fortaleza de Santa Cruz; restabeleceu empenhos valorizando a empresa nacional de beneficiamento do arroz, abriu uma cordoaria em Mataporcos; introduziu e incrementou a lavoura do café, anil, cochonilha, cacáo, tabaco e arroz; abriu feira pública na Gloria, construiu pontes e chafarizes para serventia do povo, promoveu a primitiva organização da higiene oficial; exerceu papel de destaque por motivo da invasão espanhola do Rio Grande do Sul, e na defesa da cidade do Rio de Janeiro, cuja barra teve de fechar com os navios aqui surtos, em linha de batalha, entre Santa Cruz e Lage, ligados entre si por manilhas de ferro, servindo-lhe de contraforte uma barreira de sumacas e lanchas, que seriam incendiadas como brulotes, em caso de invasão.

Na questão de limites, em virtude das estipulações do tratado de 1777, coube a Lavradio assim organizar a defesa do Sul contra o ataque da poderosa armada de dom Pedro Zevallos, em que de muito nos prejudicou o procedimento dos governadores de Santa Catarina e da Colonia do Sacramento, entregando-as, sem relutancia, ao invasor.

Ao marquês de Lavradio succedeu dom Luis de Vasconcellos e Sousa, 12º vice-rei, (1779-1790) que teve tambem de porfiar na luta contra os Espanhóes, e completou as obras de defesa do país, iniciadas por seus antecessores.

Embelezou a cidade, creou o atual Passeio Público no então campo da Ajuda, pontes e chafarizes

publicos, fez construir o caes do largo do Paço, favoreceu as ciencias, letras e artes.

Seu vice-reinado foi segundo o cronista Fernandes Pinheiro "*a idade de ouro do Brasil colonial*."

A 9 de Julho de 1790, empossou-se o 13º vice-rei dom José Luiz de Castro, 2º conde de Rezende, que governou até 1801.

No início da sua administração, a 20 de Julho de 1790 o edificio do Senado da Camara no Arco do Telles foi devorado por um incendio, sendo destruido, quasi na totalidade, o arquivo.

O processo de *Inconfidencia Mineira*, com a execução de Tiradentes, no Rio, assinala ainda seu govêrno, em que se realizaram, como nos anteriores, obras de fortificações, reparos e embelezamento desta Capital.

Dom Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar (1801-1806) e dom Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos, foram respectivamente os 14º e 15º, e ultimos vice-reis do Brasil.

Em 28 de Janeiro, de 1808 o principe real dom João, depois dom João VI, tendo aportado á Baía, por ocasião de trasladar-se a côrte portuguesa para o Brasil, promulgou, inspirado por José da Silva Lisboa (visconde de Cayrú), uma carta régia, declarando abertos os portos ao comércio livre das nações aliadas.

Pouco depois, em Abril do mesmo ano, decretou tambem a liberdade do comércio e industrias manufatureiras, sem distincção de nacionalidade ou de casta.

QUADRO SINOTICO

VICE-REIS DO BRASIL (1640 - 1808)

1.º *Jorge Mascaranhas*, marquês de Montalvão (1640-1641);

2.º *Vasco de Mascaranhas*, conde de Obidos (1663-1667);

3.º *Pedro Antonio de Noronha*, marquês de Angeja (1714-1718);

4.º *Vasco Fernandes de Cesar de Menezes*, conde de Sabugosa (1720-1735);

5.º *Andr Mello e Castro*, conde das Galvêas (1735-1749);

6.º *Luis Pedro Marinho de Carvalho Menezes de Athayde*, 10.º conde de Louguia (1748-1755);

7.º *Marcos de Noronha*, conde dos Arcos (1755-1760);

8.º *Antonio d'Almeida Soares e Portugal*, 1.º marquês de Lavradio (1760-1761);

9.º *Gomes Freire de Andrada*, conde de Bobadella (1762);

10.º *Antonio Alvares da Cunha*, conde da Cunha (1763-1767);

11.º *Antonio Rolim de Moura Tavares* (1.º conde de Azambuja) (1767-1769);

12.º *Luis de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Mello Silva Mascarenhas*, 2.º marquês do Lavradio e 4.º conde de Avintes (1769-1779);

13.º *Luis de Vasconcellos e Sousa* (1779-1790);

14.º *José Luis de Castro*, 2.º conde de Rezende (1790-1801);

15.º *Fernando José de Portugal e Castro*, marquês de Aguiar (1801-1806);

16.º *Marcos de Noronha e Brito*, 8.º conde dos Arcos (1806-1808);

A 28 de Janeiro de 1808, chegando á Baía a família real, promulgou dom João a carta régia, franqueando os portos do Brasil ao comércio livre.

PONTO 16—42ª LIÇÃO

REGENCIA DO PRINCIPE DOM JOÃO NO BRASIL, OCUPAÇÃO MILITAR DA GUIANA FRANCESA E DA BANDA ORIENTAL

Segundo filho de dona Maria I, rainha de Portugal, foi o principe dom João, por falecimento de seu irmão primogenito, reconhecido, em 1788, aos 21 anos, herdeiro do trono, sob o titulo de principe do Brasil.

Alteradas as faculdades mentais da rainha, assumiu dom João a regencia do reino em 16 de Julho de 1799.

A parte tomada por Portugal no Mediterraneo, em 1798, como aliado dos Ingleses, irritou de tal fórma a Napoleão, que, sendo consul, lhe impôs as vexatorias clausulas do tratado de Madrid de 21 de Setembro de 1801; e enviou a Lisbôa, por seu embaixador, o general Lannes, que por grandes humilhações fez passar o govêrno português; e em 1805 e 1807, ao general Junot, que, em consequencia da politica do *bloqueio continental*, decretado a 21 de Novembro de 1806, e do tratado de Tilsit, invadiu em Novembro de 1807 Portugal com seu exército.

Nessa emergencia, Portugal não teve outro meio de evitar a completa ruina e o sacrificio mesmo da liberdade do soberano, se não a trasladação repentina da côrte portuguesa para o Brasil, aconselhada e protegida aliás pêla propria côrte de Londres.

Tendo, então, convocado o principe regente o conselho de Estado, partiu, a 29 de Novembro de 1807, com os membros da sua família e côrte, entre os